

Índice

Formar líderes através das humanidades	1
O que une liberais de esquerda e de direita	2
Teletrabalho: emergencial ou permanente?	3
“La escuela no es un parque de atracciones”	4
“O Irlandês”	5

Formar líderes através das humanidades

Fundado em 2014, o [Oxford Character Project](#) é um programa dirigido a estudantes de pós-graduação para formar intelectual e moralmente os líderes de amanhã. A sua finalidade é utilizar os ensinamentos da história, da filosofia, da literatura ou da teologia, para levar os estudantes a tomarem consciência da necessidade de se comprometerem, de um ponto de vista ético, com o mundo que os rodeia.

Embora Oxford seja, provavelmente, um dos lugares do mundo onde se pensaria que as humanidades não podem estar em crise, com este programa, no qual participam a universidade e uma instituição religiosa, não se pretende transmitir conhecimentos, mas promover o exercício das virtudes nos seus alunos. Neste sentido, a sua missão é exatamente moral e pretende fazer da universidade não apenas um lugar onde adquirir competências profissionais, como onde também seja possível crescer tanto moral como intelectualmente.

Os dois cursos que se oferecem – um em cada semestre – são de temática aberta e utilizam metodologias ativas; a isso acrescenta-se, como parte do programa, a participação dos alunos em ciclos de conferências. Os alunos selecionados formam “comunidades de aprendizagem intensiva” nas quais expressam e discutem as suas opiniões. Juntamente com a atenção personalizada, o projeto oferece apoio uma vez terminadas as aulas e iniciada a carreira profissional.

Consciente de que pelo seu *campus* passam os que irão tomar as decisões de amanhã, o programa “Global Leadership”, um dos que são oferecidos, proporciona um quadro idóneo para refletir sobre as qualidades pessoais do líder, assim como os valores morais pelos quais deve guiar-se. Através dos pequenos grupos de discussão, os alunos envolvem-se num plano de leituras e desenvolvem oficinas onde deliberam, por exemplo, sobre o papel do líder em “O Rei Lear”, ou a identidade dos ilustres personagens cujos rostos enchem as paredes da National Portrait Gallery. Aos estudantes é-lhes proposta uma conceção da liderança como serviço, sendo-lhes transmitida a relevância de virtudes como, por exemplo, a gratidão ou a humildade.

O segundo dos programas, “Thought Leaders”, é de índole mais teórica e pretende que os participantes, também em pequenos grupos, adquiram hábitos intelectuais para poderem contribuir na formação da opinião pública. A ideia é, igualmente, que tomem consciência da existência do bem comum. Além das tutorias e dos grupos, onde partilham leituras e as discutem com os seus companheiros, os alunos que frequentam o “Thought Leaders” reúnem-se pessoalmente com figuras de renome no seu campo.

Mais de 120 alunos frequentaram o Oxford Character Project. Mas, sob o seu patrocínio, também arrancaram diversos projetos de investigação e ciclos de conferências abertos a toda a comunidade universitária, onde se calcula que participaram mais de 800 pessoas.

O Oxford Character Project promoveu, desde o início, os estudos em temas de liderança. O primeiro projeto de inves-

tigação, de 2014 a 2017, centrou-se nas virtudes que se consideram indispensáveis no líder de hoje: humildade, sabedoria prática, honestidade, gratidão, compromisso e vocação de serviço. Não se pretendia somente identificá-las ou defini-las, mas também ver como transmiti-las, e ainda definir as diversas formas de exercitá-las. O projeto de investigação atual é dedicado, entre outras coisas, a expor os diversos modos como as humanidades apresentaram a figura do líder ao longo da História.

Neste sentido, além do lançamento de *podcasts* com conselhos para ter a mente aberta, por exemplo, ou um curso dedicado a fomentar as virtudes na vida universitária, iniciaram um seminário de ética através do estudo das grandes obras, em que filmes como [“Sensibilidade e Bom Senso”](#), ou livros como “O Deus das Moscas”, ajudam os alunos a pensar sobre os valores morais e enriquecem a sua experiência humana.

J. C.

O que une iliberais de esquerda e de direita

As medidas adotadas pela Hungria para enfrentar o coronavírus devolveram às parangonas o iliberalismo de direita. Os argumentos do governo de Viktor Orbán para prolongar o estado de emergência de forma indefinida são similares aos empregues na esquerda, pelos que convencidos da bondade da sua causa, se permitem ignorar os limites constitucionais.

Em 11 de março do ano passado, o governo húngaro declarou o estado de emergência por um prazo de 15 dias – o máximo previsto pela Constituição – e adotou uma primeira série de decretos, com medidas parecidas às que tomaram outros governos. Como noutros países, o prolongamento desse prazo exigia a autorização do Parlamento.

O governo apresentou na altura um [projeto de lei](#) para prolongar o prazo constitucional “até terminar o estado de emergência”. Durante o debate parlamentar, a oposição exigiu a Orbán que fixasse um limite temporal ao novo prolongamento. Mas, graças à maioria de dois terços do seu partido (o Fidesz), a 31 de março continuou com a sua lei sem ceder. Esse prolongamento acabou por terminar em junho, por votação parlamentar.

Na prática, Orbán pôde governar por decreto durante um tempo indefinido. Entre os poderes extraordinários que lhe concedeu a lei, esteve a faculdade de alterar o código penal e outras leis. O governo prevê penas de prisão até 5 anos para quem difunda informações falsas sobre a pandemia. Os seus críticos receiam que este novo delito se converta numa ferramenta para

perseguir os jornalistas que denunciem a gestão da crise por parte do governo.

Num [artigo](#) que foi publicado em “Político”, a ministra húngara da Justiça, Judit Varga, respondeu aos que criticam o governo por aproveitar a crise do coronavírus para expandir o seu poder. Varga atribuiu a “reação histórica” da comunidade internacional à desinformação e à alergia a “uma política coerente cristã-conservadora”. Além disso, a ministra alegou que o Parlamento da Hungria continua a ser competente para revogar “a autorização concedida ao governo em qualquer altura que o considere oportuno”.

Mas Varga não mencionou que o governo ignorou o limite temporal exigido pela Constituição. E passou por alto que, por muito que a nova lei autorize o Parlamento a revogar as medidas a qualquer momento (como aconteceu), a oposição fica à mercê do que decida a ampla maioria apoiante de Orbán.

Por outro lado, as críticas ao governo húngaro não foram dirigidas – pelo menos, num primeiro momento – contra a sua política supostamente “cristã-conservadora”, mas contra a concentração de poderes sem limite de tempo nem supervisão parlamentar eficaz. Outro aspeto é que a segunda vaga de decretos que se seguiu a 31 de março do ano passado, [alguns dos quais](#) sem relação direta com a pandemia, acabou por alimentar a narrativa a que aludia Varga.

Acrescentou a ministra que as medidas extraordinárias adotadas pela Hungria procuram “proteger a vida, a saúde e a segurança dos cidadãos, assim como a estabilidade da economia nacional”. Mas estas boas intenções não podem apagar o facto do governo ter desafiado a divisão de poderes e o Estado de direito.

A ideia de que a bondade de uma causa pode justificar a deterioração de garantias constitucionais não seduz somente alguns à direita. Também na esquerda encontramos pessoas convencidas de que é “perfeitamente admissível partir alguns poucos ovos para fazer uma omelete progressista”, como [disse Kim Holmes](#) a propósito das subtis formas de censura que foram surgindo nos EUA durante os últimos anos. De facto, na sua opinião, foi a esquerda da contracultura dos anos 60 e 70 que legitimou esse argumento para impulsionar as suas causas libertárias.

Um exemplo emblemático é o de Herbert Marcuse. Para o filósofo e sociólogo da Escola de Frankfurt, o verdadeiro ideal da tolerância [exigiu duas coisas](#): por um lado, privilegiar as ideias e os estilos de vida que naqueles anos se afastavam do considerado normal pela cultura dominante; por outro, penalizar – através da censura – os da maioria conservadora, contrária à sociedade permissiva. Esta intolerância seletiva equilibraria o terreno de jogo, melhorando as opções dos subversivos (“Excusas para um progressismo intolerante” em “Aceprensa”, 13.7.2018).

A abordagem de Marcuse continua prevacente entre os que encaram a ordem liberal como um obstáculo para a mudança

social. Louis Michael Seidman, professor de Direito constitucional na Universidade de Georgetown, [ilustra-o](#) com o debate sobre a liberdade de expressão.

Num regime liberal, explica, o Estado deve manter-se neutro e deixar que todos possam falar em igualdade de condições. Mas essa suposta neutralidade favorece na realidade os mais ricos e poderosos (por exemplo, os donos de grandes meios de comunicação). Daí que, na prática, não haja igualdade de oportunidades para se expressar.

Se noutros âmbitos da vida social – continua Seidman – admitimos que o Estado intervenha para redistribuir a desigual repartição dos recursos, não deveríamos fazer o mesmo com a liberdade de expressão? Vendo as coisas assim, progressista é o Estado intervir no mercado das ideias e equilibrar as coisas.

Não é claro se Seidman se limita a descrever uma situação de facto, ou se quer realmente que a esquerda dê a volta a este estado de coisas. De qualquer forma, o interesse do seu artigo reside em que evidencia a tensão latente entre a visão progressista da liberdade de expressão – que, na sua opinião, é sempre partidária e militante – e a que decorre da Primeira Emenda à Constituição norte-americana – cega às diferenças e reticente à intervenção do Estado.

Tanto no caso dos anti-Primeira Emenda, com origem na esquerda, como no de Orbán, com origem na direita, o padrão é o mesmo: há uma ordem liberal que é um obstáculo a uma causa, e o remédio é ignorá-lo, seja desafiando o princípio de igualdade perante a lei, seja pondo em causa a divisão de poderes.

J. M.

Teletrabalho: emergencial ou permanente?

A utilização das tecnologias informáticas tem vindo a crescer paulatinamente em quase todas as profissões, mas o confinamento ofereceu a muitos a oportunidade de experimentar possibilidades inéditas do trabalho a partir de casa. Não há ainda informação exaustiva para aferir as diversas facetas que incidem sobre este fenómeno; segundo os dados disponíveis, apresenta inegáveis vantagens, juntamente com não poucos inconvenientes.

A realidade é complexa. [Explicou-o Kevin Roose](#), no começo da quarentena, nas páginas do “The New York Times” (10.3.2020): “Lamento, mas trabalhar a partir de casa está sobrevalorizado”. Conta a sua experiência de teletrabalho ao

longo de dois anos: como começou com entusiasmo, com a alegria de comer em casa e a poupança das deslocações; mas sentiu depressa o desânimo, sobretudo, pela falta de contacto humano com pessoas alheias à própria família.

Não se pode esquecer que há pessoas muito sociáveis e, pelo contrário, outras desfrutam de uma tarefa de modo solitário. E se toda a gente tem de adaptar-se a um novo trabalho quando muda de orientação ou de empresa, também o teletrabalho exige encaixar muitos pormenores, a começar pelas circunstâncias pessoais e familiares, que estão longe de ser homogêneas. À partida, joga a favor da mudança o desejo generalizado de uma maior flexibilidade laboral.

Em todo o caso, os dias de confinamento foram um bom banco de ensaios para aferir as vantagens em produtividade ou eficiência, e os possíveis inconvenientes para a criatividade ou a inovação. Foi recordado que o famoso Steve Jobs se opunha ao trabalho remoto: considerava que as grandes ideias surgiam na Apple a partir de relações entre os empregados – inclusivamente, de contactos fortuitos –, não de quem estava sentado em casa frente ao ecrã do seu computador.

Será necessário preparar recursos para facilitar o contacto pessoal com os empregados à distância: a empresa moderna é cada vez mais cooperativa, com um sentido participativo da hierarquização. Certamente, as frequentes reuniões para tomar decisões ou, simplesmente, trocar ideias sobre temas de conjunto, podem efetuar-se através de videoconferências, que irão ganhando em qualidade e serão menos *frias*. Mas não se podem esquecer os lampejos de engenho que surgem nos corredores ou na altura de tomar café.

Nalguns casos, a rentabilidade do trabalho em casa determinou que os dirigentes se tenham decidido por fechar escritórios, com a conseqüente poupança. Mas, como [salienta a “The Economist”](#) (30.4.2020), essas melhorias de produtividade que o teletrabalho permite, podem ver-se facilmente ultrapassadas pelos inconvenientes. “Alguns estudos indicam que as vantagens de trabalhar a partir de casa só se materializam se os empregados podem consultar com frequência o escritório para a resolução de problemas”. E com o teletrabalho, “planear projetos novos é especialmente difícil”.

Por outro lado, se aumentar a percentagem de trabalhadores *online*, os dirigentes deverão desenhar mais programas como os que organizam atualmente, para fortalecer a motivação de todos e aperfeiçoar a coesão e o trabalho em equipa: esse tipo de reunião em hotéis atraentes ou em modestas casas rurais, que alguns, como o próprio Kevin Roose, comparam com os clássicos retiros espirituais.

Roose cita uma frase de Laszlo Bock, diretor executivo da Humu, uma *start-up* de recursos humanos de Silicon Valley: “Há um elemento de interação social que é realmente importante”. Bock, antigo responsável de recursos humanos no Google, diz que o ideal, para a maioria das pessoas, é conseguir um equilíbrio entre o trabalho de escritório e o trabalho à distância. Concretamente, de acordo com a sua experiência, bastaria dia

e meio por semana para estar integrado na cultura da empresa, e reservar mais algum tempo para algumas tarefas de maior profundidade.

Atualmente, os educadores experimentam também modos telemáticos de manter a atenção dos alunos, de os motivar para o estudo e a aprendizagem; inclusivamente, de passarem exames ou testes... Aprendem muito, sem dúvida, para quando se recuperar a normalidade e possam aplicar recursos informáticos nas suas tarefas do dia a dia. Mas não parece que o teletrabalho seja uma opção para eles: a educação – muito mais do que ensino – exige contacto pessoal, tratamento direto, confiança mútua. Algo semelhante sucede em muitas outras profissões, cada vez mais necessárias, articuladas em torno do serviço ou dos cuidados.

Após a baixa por maternidade e paternidade, o teletrabalho pode ser, durante uma fase mais ou menos longa, um modo de conciliar responsabilidades familiares e laborais. Durante a pandemia, mães e pais têm tido de aprender a organizar-se, pois trabalhar a partir de casa envolve interrupções e distrações que não acontecem no local do trabalho (embora sejam comuns as que derivam da excessiva e contínua receção de mensagens eletrónicas de todo o tipo, com pretensões de urgência). Muito diferente será quando os filhos passarem o dia nas escolas, e a casa ficar inteira para os pais..., que também deverão aprender a organizar-se para descansar, porque, quase sem se darem conta disso, dedicam mais horas à empresa do que quando vão lá presencialmente: o cansaço não é apenas fruto do confinamento, mas talvez por se trabalhar mais horas do que antes.

Como se pode deduzir, não será fácil reduzir a alguns poucos modelos a amplitude de possibilidades que se abrem com o teletrabalho. Haverá que pensar, decidir e repensar, revendo as experiências. E estar disposto a retificar, com essa flexibilidade laboral que se reivindicava antes da pandemia.

S. B.

“La escuela no es un parque de atracciones”

Autor: Gregorio Luri
Ariel. Barcelona (2020)
416 págs.

Gregorio Luri escreveu um livro imprescindível. Para os professores, os diretores de instituições educativas, os pais com filhos em idade escolar, e para todos aqueles a quem diz respeito a

escola, que são, em última análise, os cidadãos. Embora este seja um livro que, especialmente, deveria ser lido pelos responsáveis da política educativa.

O leitor desta resenha seria enganado se lhe fosse dito que é um livro fácil. É uma obra ampla e densa, fruto de leituras e reflexões de muitos anos. Terá de ser encarada com esforço e determinação, precisamente duas virtudes que, na opinião de Luri, devem adquirir-se na escola.

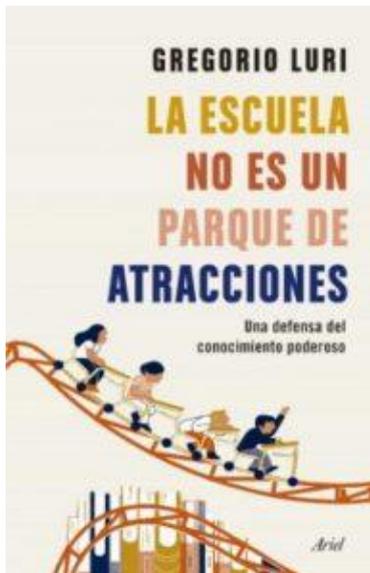
Três partes de grande importância convergem aqui. Na primeira, Luri examina muitas ideias sobre educação que fomos escutando ao longo do tempo, como axiomas. Desde o ataque ao exercício da memória (porque “está tudo na rede”), até ter de formar os alunos para trabalhos que ainda não existem (e o conseqüente olhar aterrorizado sobre um futuro que se apresenta temível); desde o desejo da “novidade pela novidade” até ao desprezo pelos conhecimentos; sem esquecer o capítulo – magnífico – onde dissecou a “didática do sentir”, contra a “didática do saber” e, como dirá depois, aponta o perigo de pretender “emular Rousseau sem ter lido anteriormente Maquiavel”.

Luri faz uma vigorosa defesa do conhecimento como objetivo fundamental da educação. Sistematiza conceitos essenciais, num trabalho que culmina o de obras suas anteriores, como a relação entre memória e inteligência, os bons hábitos, a transmissão de uma cultura comum... e as dimensões em que se implanta a experiência educativa (pois não se trata dos alunos terem apenas “experiências”, mas estas serem educativas): o amor pelo saber, a importância da autodisciplina, a educação da atenção (que é “o novo coeficiente intelectual”), o valor pedagógico do erro e a relação entre conhecimento e moral.

“Instrução explícita e capitalismo cognitivo”, a última parte desta obra, é, talvez, a mais inquietante, pelas possibilidades que aponta para o futuro. Não se trata de profecias infundadas: partindo da situação atual, onde o capital mais precioso já não é o material mas o intelectual, Luri expõe com simplicidade e contundência os perigos a que a deriva contra o conhecimento da escola atual – e são chocantes os exemplos nas diversas regiões autónomas espanholas e de outros países que cita – pode conduzir as sociedades ocidentais, e especialmente os segmentos mais desfavorecidos destas sociedades. Esta é uma preocupação que percorre o livro: para os privilegiados, há sempre possibilidades de suprir as deficiências da escola fora dela, mas para os pobres, esta é a única esperança de adquirir o conhecimento ao qual de outra forma não terão acesso.

Há tantas coisas valiosas neste livro que se poderia ainda referir. A glosa da figura do professor, por exemplo, “um amante zeloso do melhor que o aluno pode vir a ser”. Ou a sua formação: deve saber muito das matérias que leciona, devendo também falar muito e muito bem. A resenha não terminaria nunca... O melhor é ler o livro: a combinação de erudição e senso comum que revela, merece o esforço da sua leitura.

A. R. A. D.



“O Irlandês”

“The Irishman”

Realizador: Martin Scorsese
Atores: Robert de Niro, Al Pacino
Duração: 195 min.
Ano: 2019

O realizador Martin Scorsese reúne um elenco de atores já consagrados, para narrar a história baseada em factos reais de um sindicalista, Frank Sheeran, que se vai deixar envolver em organizações criminosas. Em 2003, já perto do final da sua vida, confessa ser o autor do assassinio em 1975 de Jimmy Hoffa, um líder sindical carismático durante décadas, com ligações a grupos de mafiosos...

O filme é longo e vamos conhecendo como a infância do protagonista e a sua experiência cruel da II Guerra Mundial, vão moldando a sua personalidade até à “brutalidade”. No entanto, o que o leva a entrar no mundo do crime organizado, são pequenos passos, “simples” cedências a atos de corrupção de pouca relevância. Mas cada ato praticado, vai deixando uma “marca” na pessoa e uma maior relação entre os vários intervenientes... Vão-se fortalecendo laços que se transformam em “cadeias”, numa prisão de cumplicidades, de lealdades a terem de ser comprovadas com novas deslealdades, num mundo onde a confiança é mantida à prova de bala...

Por fim, surge a tomada de consciência: qual o sentido da vida e como avaliar, “pesar” a sua própria realização pessoal? E então resolve agir...

Tópicos de análise:

1. A corrupção começa por pequenas coisas.
2. As más ações geram pouca autoestima e desconfiança.
3. A realização pessoal cresce com a integridade.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins
Professor da AESE

